

Contribuição estadual do Setorial de Segurança Pública ao 7º Congresso estadual do PSOL São Paulo

O Setorial de Segurança Pública do PSOL-SP surgiu em 2019 para tratar deste tema historicamente monopolizado pela direita brasileira, com seu “discurso da bala”, e subverter a lógica “de cima para baixo” na qual o sistema de segurança pública do país foi construído. Seu objetivo é se tornar um espaço de escuta, fala e construção por e para quem é usualmente excluído do debate sobre políticas de segurança: a sociedade civil e as/os trabalhadoras da base da segurança pública, cujas vozes são abafadas pelos comandos policiais, apontando caminhos para um modelo de segurança pública pautado no cuidado, no acolhimento e na efetiva garantia da vida.

Nesse sentido, ressalta-se a relevância do tema no atual cenário político brasileiro, decisivo para os resultados das eleições de 2018. No mês anterior ao pleito, aliás, o Datafolha apontou a segurança pública como a 2º maior preocupação do eleitor (20%), atrás apenas da saúde (23%). Preocupação justificada por índices de violência e criminalidade amplamente conhecidos e que colocam o país como destaque mundial negativo nesta área, com mais de 60 mil mortes violentas por ano.

No estado de São Paulo, Dória segue a política de contenção violenta, alegando que a polícia é preventiva no combate às drogas. O Estado tem gasto cerca de R\$ 4,2 bi ao ano com a chamada "Guerra às Drogas", que na verdade objetiva o controle social em cima das camadas populares, com um número crescente de mortes, consideradas como um mero efeito colateral.

Do mesmo modo operam as ações nas periferias sob a justificativa de repressão aos bailes funks. Ainda que estes eventos causem reclamações por distúrbios e barulho excessivo, quando realizados em bairros nobres nenhuma ação policial é realizada. Constata-se assim mais uma vez que a violência estatal atinge, com mais força, uma população de endereço, cor e classe muito bem definidas. O caráter racista e classista da violência no estado de São Paulo se torna mais que evidente.

Por outro lado, o Governo paulista tem usado o fato de que, em junho de 2019, o IPEA divulgou uma redução na taxa de homicídios no estado, como propaganda de um suposto sucesso de suas políticas de segurança pública. Deve-se dizer, porém, que o mesmo estudo registrou aumento de 13,4% na taxa de Mortes Violentas com Causa Indeterminada (MVICI), revelando-se um forte indício de ocultação e maquiagem dos verdadeiros índices de homicídio paulistas, algo que vem sendo apontado por estudiosos da área e, até mesmo, por profissionais da segurança pública. A falta de transparência nas instituições policiais e nas estatísticas criminais paulistas é um problema histórico.

Boa parte destas pessoas é vítima de uma violência praticada pelo próprio Estado, seja por instituições prisionais, seja por polícias altamente militarizadas responsáveis por mais de 6 mil mortes anuais no Brasil, 851 só em São Paulo - número que colocou a polícia paulista como a 2ª mais letal do país em 2018.

E estas instituições, tomadas por caráter militar, também apresentam problemas de opressões internas, com violências tanto físicas quanto psicológicas contra as trabalhadoras

e os trabalhadores das bases policiais, que relatam e/ou denunciam casos de assédio (sobretudo moral mas também sexual, entre outras violências de gênero) de que são vítimas.

Soma-se a isso a vitimação dos agentes de Segurança Pública nas ruas, em decorrência de uma política de segurança pública que preza pelo confronto e simula uma guerra contra os cidadãos a quem deveriam servir, tornando a polícia um instrumento de controle social sobre os mais pobres e sobre opositores.

Cabe ressaltar que, analisados de forma minuciosa, os números da violência no Estado de São Paulo tiveram um aumento de 46%, em 20 anos, segundo a ouvidoria das polícias. Também são constantes as denúncias de ações truculentas da PM na repressão a manifestações populares bem como nos processos de despejos, muitos deles realizados em plena pandemia.

Ainda é possível ressaltar as agressões e mortes violentas contra pessoas LGBTQIA+ e mulheres motivadas por sexualidade e gênero, que crescem exponencialmente e evidenciam a vulnerabilidade destas populações.

No que tange ao sistema prisional, São Paulo tem a maior população carcerária do país, um número que mais do que quadruplicou nos últimos 25 anos, chegando a mais de 230 mil presos, cerca de um terço do total de encarcerados no país. Somado a isto, assistimos ao intenso encarceramento de adolescentes no sistema socioeducativo. Em 2018, São Paulo tinha 25.479 adolescentes em atendimento na Fundação Casa, sendo a maioria destas internações no sistema socioeducativo ligadas ao tráfico de drogas e/ou roubo qualificado. Neste ano, 97,96% das vagas disponíveis no sistema, estavam ocupadas por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em regime fechado. Esta situação não reduz índices de criminalidade, pelo contrário, alimenta, há anos, o crescimento da maior facção criminosa do país, o PCC.

Outro fenômeno que tem se exacerbado no estado é a violência política (contra parlamentares, ativistas e militantes, sobretudo mulheres negras e trans).

Neste cenário, impõe-se a um partido de extrema relevância para a esquerda brasileira como o PSOL uma mudança de postura. Mais do que a usual denúncia à violência de Estado, cumprida habilmente pelo partido, ao PSOL cabe um papel de destaque no tema, como referência propositiva na área da segurança pública, sem abrir mão de sua postura combativa. Nesse sentido, faz-se necessária a fomentação de formações e debates internos, da militância às/aos parlamentares, no tema da segurança pública, superando-se a superficialidade de chavões e palavras de ordem que, mesmo justos, se isolados, não têm o poder de dialogar com a população, nem com as/os trabalhadores da segurança pública, carecendo de aprofundamento programático de nossa parte.

Assim, avaliando este contexto, propõe-se:

1. Promover setoriais de segurança pública em âmbitos municipais, bem como a interação intersetorial, levando o debate interseccional e interdisciplinar para dentro das construções partidárias

2. Promover a formação da militância no tema, qualificando o discurso do partido para o debate externo sobre segurança pública, de forma política, técnica e científica

3. Repensar radicalmente as estruturas policiais a partir dos seguintes eixos centrais: o enfrentamento a toda forma de opressão (em especial, o antirracismo), policiamento comunitário, desmilitarização, redução da inquisitorialidade do trabalho policial (com ampliação de garantias de ampla defesa e contraditório) e democratização interna (através da carreira única e da participação popular)

4. Colocar o antipunitivismo como central para a redução da violência e da criminalidade, reconhecendo o papel vicioso do sistema prisional em tais questões e pautando propostas concretas e efetivas para o desencarceramento, como a descriminalização e legalização das drogas, a limitação das prisões preventivas, a Justiça Restaurativa e o acolhimento social de egressos do sistema prisional

5. Promover a participação popular e mecanismos de controle sobre as instituições policiais, penais e de justiça, sobretudo para a apuração de tortura, maus-tratos e outras graves violações de direitos

6. Difundir a valorização das carreiras dos profissionais da segurança pública, apontando que o reconhecimento dos mesmos como classe trabalhadora é essencial para a construção de um sistema democrático de segurança e levantando bandeiras nessa direção, como a desmilitarização, a carreira única e o ciclo completo

7. Destacar militantes para que integrem mecanismos de participação popular já existentes em setores essenciais para a segurança pública, como os Conselhos e as Ouvidorias municipais, estaduais, das polícias, dos órgãos de justiça, dos sistemas prisional e socioeducativo

8. Criar protocolos de segurança (inclusive digital) e redes de apoio aos militantes que sofram violência política.

9. Assumir uma postura de diálogo com o sistema de Justiça para impedir a realização de todas as ações de despejo, reintegração de posse e remoção durante a pandemia.

Assinam esta contribuição:

Felipe Dantas Rodrigues	São Paulo
Soraya Vasconcellos Alves de Brito	Guarulhos
Fabio Kalamatianos	São Paulo
Silmara de Paulo	GUARULHOS
ULYSSES MAIA CODOGNOTTO	Indaiatuba

Sara Sampaio Bazilio	São Paulo
Bruno Francisco Pereira	Americana
Almir Valente Felitte	São Paulo
BRUNO MIGUEL DA SILVA CARDOSO	SÃO PAULO
André Emmerick Solyom	São Paulo
Silvio José de Souza Filho	Carapicuíba
Pedrina Silva	OSASCO
Neusa Aparecida Rita da Silva Raineri	São Caetano do Sul
Katiuscy Ivy da Silva	São Paulo
Fernando Vespasiano Gameiro	São Paulo
Claudia Hernandez	São Paulo
Marcia Freire de Mattos Rubiano	Ribeirão Preto
Sonia Arcanjo	São Paulo
RONALDO GODEGHESE DE MIRANDA	SÃO PAULO
Ricardo Alvarez	Santo André
Ademir Pereira Pina	São Paulo
LUIS ANDRE LISQUE NORO DE FREITAS	Marília
Amanda Caroline Fernandes Silva	Matao
Sérgio Roberto Urbaneja de Brito	Marília
Marcelo Aguirre	São Paulo
Roseli Querodia	Santo André
Carlos Eduardo Pinho Daniel Rando	LORENA
Douglas Castilho	Guaratingueta
Jéssica Santos Romero	Ribeirão Preto
Jose Erivan da Silva	São Paulo
ALEXANDRE FELIX CAMPOS	São Paulo
Calimerio Lima de Moura	SAO PAULO
Alia Ahmad Halat	São Paulo

Leila Teixeira Halat	São Paulo
MADALENA MARIA RODRIGUES	Guarulhos
Alan Cassio Batista	São Paulo
Fernanda Azevedo	São Paulo
Beatriz Callo	São Paulo
Evelin Fomin	São Paulo
Fernando Kinas	São Paulo
Luciana Rodrigues	Jundiai
Oswaldo Pinheiro	São Paulo
Sylvia Werneck	São Paulo
Thais Baptista	Guaratinguetá
Géssica Regis	Guaratinguetá
Rafael Bento	Roseira
Thais Ozorio	Guaratinguetá
Marco Aurélio Lopez	Guaratinguetá
Layde Teixeira	Guaratinguetá
Isabela Gualtieri	São Paulo
Gabriela Freller	São Paulo
Julia Segadas	São Paulo
Lucas "Valesca"	São Paulo
Ruan Rossato	São Paulo
Talita Rocha	São Paulo
Helena Cunha	São Paulo
Lucas Caprio	São Paulo
Tuca Macedo	São Paulo
Francisco Lima	São Paulo
Lucas Coutinho	São Paulo
"Biula" Muller	Campinas
Daniela Pires	Campinas
Giuliane Brandão	Campinas
Élice Botelho	Campinas
Gennaro Montone	Campinas
Marcela Stolf	Campinas
Murilo Figueiredo	Campinas
Natalia Fernandes	Campinas
Renan Araujo	Campinas
Rubens Silva	Campinas

Mirian Lopes	Campinas
Barbara Souza	Serra Negra
Danilo Zanelato	São José dos Campos
Laion King	São José dos Campos
Luciana Brauna	São José dos Campos
Ingrid de Sá	São José dos Campos
Murilo Magalhães	São José dos Campos
Vinicius Vilasboas	Santo André
Lucas Zinet	Santo André
Daniel Ferrer	Santo André
Drica Serafim	Santo André
Giseli Siquelli	Santo André
Jessica Cestari	Santo André
Lucas Dinis	Santo André
Livia Oggioni	Mauá
Renan Oliveira	São Bernardo do Campo
Rodrigo Jesuino	Santo André
Sara Saar	Santo André
Sergio Oggioni	Mauá
Henrique Oliveira	Santo André
Marina Munhoz	Mauá
Rosângela Vieira	Ribeirão Pires
Carlos de Nicola	São Paulo
Daniel Lopes	São Paulo
Felipe Moda	São Paulo
Luis Miyazawa	São Paulo
Mario Constantino	São Paulo
Lucas Oliveira	São Paulo
Rita Mendes	São Paulo
William Martani	São Paulo
Leila Schmauch	São Paulo
Felix Sanches	São Paulo
Clarissa Viana	São Paulo
Odara Andrade	São Paulo
Julia Savaglia	São Paulo
Luis Vilaça	São Paulo
Eder Novais	Osasco

Helton "Bastos"	Osasco
Rodrigo Gonçalves	Osasco
Fernando Silva "Tostão"	Osasco
José Alexandre Weiller	São Paulo
Thiago Lira	São Paulo
Gláucia Moraes	São Paulo
Luana Gomes	São Paulo
Tássia Almeida	São Paulo
Otávio Pereira	São Paulo
Victoria Alves	São Paulo
Leticia Bispo	São Paulo
Marco Gosales	São Paulo
Isadora Szklo	São Paulo
Izadora Feldner	São Paulo
Amanda Melillo Matos	São Paulo
Arlindo Rodrigues	São Paulo
Simone Nascimento	São Paulo